

As gentes do livro na guerra peninsular

Sofia Mendes Geraldês*

Quatro meses após a assinatura da Convenção de Sintra que oficializa a derrota dos Franceses e a sua retirada do território português, o censor régio Lucas Tavares¹ manifesta sem rodeios a sua opinião acerca do manancial de impressos que desabou sobre Portugal e que por conseguinte veio intensificar o trabalho de controle da actividade livreira do Desembargo do Paço. O seu parecer incide sobre mais uma proclamação² relativa à recente invasão francesa e dá-lhe ensejo para declarar ironicamente que rebentou um “dilúvio de Proclamações, que tem inundado o nosso País, até das Almas do Purgatório está para aparecer uma, e não lembrou ainda a do Anjo Custódio do Reino, que é, segundo parece, a quem isto mais devia pertencer.”³ A restante exposição do censor, além de despertar um particular interesse pela intensa produção editorial ocasionada subsequentemente à retirada dos Franceses, também levanta várias questões relacionadas com o aparecimento e a circulação dessas obras.

A abundância desses impressos prende-se com a existência de agentes que participam na produção e divulgação de escritos relacionados com a presença dos Franceses. Da sua criação por parte de autores, anónimos ou identificados, até que cheguem aos ouvidos ou entre as mãos dos seus receptores, essas mensagens de pendor diverso percorrem um caminho bastante complexo. As pessoas envolvidas nesse mecanismo de difusão são numerosas e não é simples trazer à luz o seu relacionamento. Todavia dar conta da sua existência e da sua participação representa desde já mais um passo dado em direcção a personagens ainda na sombra nos presentes estudos da Guerra Peninsular. Várias pesquisas já foram realizadas no

* Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e Université de Toulouse II – Le Mirail.

¹ Lucas Tavares (1757/8-1824) entrou na Congregação do Oratório em 1777. Em 1795, abandona a Congregação para ser presbítero secular. Obtém a cadeira de Retórica no Real Estabelecimento de Instrução do Bairro de Belém e desempenha as funções de censor régio para o Desembargo do Paço sendo simultaneamente sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa.

² Anónimo, *Proclamação dos povos do Brasil aos habitantes de Portugal, enviada em uma carta de um amigo da cidade do Rio de Janeiro a outro da cidade de Lisboa*, s/l: s/n, s/d. Esta parece ser a obra que melhor corresponde à solicitação da licença de imprimir em que muitas das vezes, o título das obras é abreviado.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, Caixa 66. Esse juízo é assinado a 9 de Janeiro de 1809 soando como um balanço sobre o ano anterior.

âmbito da história do livro e da leitura que permitiram a identificação⁴ das gentes do livro assim como facultaram uma melhor compreensão da sua actividade⁵, do seu relacionamento e do seu impacto na sociedade⁶. Contudo, salvo para alguns casos como os trabalhos de António Pedro Vicente⁷ ou João Luís Lisboa, essas valiosas análises não estabelecem uma correspondência entre estes indivíduos e a Guerra Peninsular. Por isso pretende-se, valendo-se das obras anteriormente referidas, trazer uma contribuição constituindo um vínculo entre as obras publicadas no ano de 1808 com uma temática relacionada com a presença dos Franceses e os agentes implicados na sua difusão. Mais ainda, através da inquirição de diversos arquivos e fundos, procurou-se concorrer para um melhor conhecimento desse círculo.

Procurar-se-á numa primeira parte oferecer uma relação dos elementos identificados focando a fase da produção, com uma especial atenção para os impressores, e a etapa da distribuição, identificando os diversos locais de venda vinculados às obras publicadas. Numa segunda parte, pretende-se retratar de uma forma mais analítica os trâmites da circulação do livro relacionado com as Invasões francesas, detendo o estudo do tema na observação de casos particulares que evidenciam o relacionamento de alguns dos agentes previamente apresentados cujas áreas de acção se inscrevem no esquema proposto por Robert Darnton⁸.

Depreende-se do recenseamento dos opúsculos seleccionados no âmbito deste trabalho que a Imprensa Régia em Lisboa e a Real Imprensa da Universidade de Coimbra constituem as impressoras preeminentes cuja produção representa quase metade do *corpus* definido (Ver

⁴ Diversos instrumentos elaborados por estudiosos de renome foram extremamente valiosos para averiguar a existência dos dados levantados nas obras relacionadas com a presença dos franceses em 1808. Para o conhecimento dos diversos actores e da sua rede de interacção, valeram mormente obras de recenseamento. Cf. Alexandre, Maria Isabel Vieira Martins, *Inventário dos livreiros, impressores e mercadores de livros de Lisboa, no século XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, s/l: s/n, 1985; Canaveira, Rui, *Dicionário de tipógrafos famosos*, Lisboa: edição do autor, 2001; Curto, Diogo Ramada, et al., *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007; Gama, Ângela Maria Barcelos da, “Livreiros, editores e impressores em Lisboa no século XVIII”, *Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra: Atlântida, nº 49-52 (1968), pp. 8-81; Loff, Maria Isabel, “Impressores, editores e livreiros no século XVII em Lisboa”, *Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra: Atlântida, nº 37-48 (1967), pp. 49-84.

⁵ De maneira a formar uma ideia mais concreta da acção desses actores, convém compreender qual a sua função e a sua integração no seu meio profissional. Para tal, foram necessárias obras de referência que expõem esse quadro em que se inserem os nossos sujeitos de estudo. Cf. Guedes, Fernando, *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*, Lisboa: Verbo, 1937; Meireles, Maria Adelaide, *Os livreiros no Porto no século XVIII: produção e comércio*, Porto: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1995. Também constam entre as obras consultadas, vários estudos realizados por Manuela D. Domingos, Georges Bonnant, etc.

⁶ Nessa questão, foram de uma grande utilidade as análises dispensadas por João Luís Lisboa e José Augusto dos Santos Alves. Cf. Lisboa, João Luís, *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa: INIC, 1991 e Alves, José Augusto dos Santos, *A opinião pública em Portugal: 1780-1820*, Lisboa: Universidade Autónoma, 2000.

⁷ Vicente, António Pedro, “Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular: actividade editorial da Real Imprensa da Universidade” in *Revista de história das ideias*, 20 (1999), pp. 101-130.

⁸ Darnton, Robert, *Gens de lettres, gens du livre*, Paris : Odile Jacob, 1992, p. 157.

anexo 1 e 2). Para justificar essa labuta é possível apontar, por um lado, a qualidade do trabalho e, por outro lado, a antiguidade dessas instituições promovidas pelo Marquês de Pombal. A imprensa régia, fundada sob a égide do ministro de D. José I, em 1768, era bastante conceituada pela qualidade do seu trabalho, pela sua capacidade de reagir prontamente, e também porque no caso de pequenos folhetos, beneficiava de um estatuto particular que lhe permitia proceder à aprovação para impressão no próprio local, não tendo de transitar pelo complexo percurso da censura tríplice praticada nessa altura. Demonstrando uma situação constante e equilibrada, em 1801 a oficina tipográfica emprega 31 indivíduos registando-se somente um empregado suplementar em 1813. Os oficiais e aprendizes estão distribuídos entre a composição (com 18 membros) e a impressão (assegurada por 14 operários). No início do ano 1808, os documentos oficiais emitidos pela imprensa a partir de então denominada *imprensa imperial e real*, como se pode ler nos decretos e documentos oficiais que passam no seu prelo, demonstram que a imprensa também ficou sob a alçada da administração francesa. Além do mais, os pedidos solicitados junto do Desembargo do Paço não são mais endereçados ao Príncipe Regente, mas à sua Majestade Imperial e Real, Napoleão. Essa mudança traduz a dissolução do Conselho de Regência que determina a suspensão de todo e qualquer vínculo entre o país e a autoridade do Príncipe Regente, D. João VI. Em Coimbra, a única imprensa existente é a da Universidade, pois aquando da criação da então designada *Real Oficina da Universidade* em 1759, as oficinas particulares foram condenadas à extinção não podendo lutar contra esta tipografia reforçada com o material pertencente ao Colégio das Artes e ao Mosteiro de Santa Cruz. Com a publicação do seu primeiro Regimento em 1790, passa a ser a *imprensa da Universidade* ou *real imprensa da Universidade*, forma sob a qual é referida na documentação aqui estudada. Durante a primeira invasão, a direcção da imprensa é assumida pelo docente José Joaquim de Faria enquanto a administração incumbe a Vicente Pedro de Lacerda, um dos irmãos proprietários da tipografia Lacerdina cuja actividade também se revela intensa apesar de ser uma oficina particular. Esta situa-se em Lisboa, na rua da Condessa, e Manuel Pedro de Lacerda é quem a dirige, até 1811, com a ajuda do irmão que falece nesse mesmo ano⁹ com a idade de 70 anos¹⁰. Tudo

⁹ A identificação destes dois irmãos proprietários da casa Lacerdina assenta sobre os pedidos de licença de imprimir assinados por Manuel Pedro de Lacerda assim como sobre uma carta dirigida por este solicitando isenção do seu serviço no Regimento de Voluntários Reais do Comércio (AHM/DIV/3/50/19). Nesse pedido, Manuel Pedro de Lacerda dá a saber que assume a função de tipógrafo exclusivo da Santa Igreja Patriarcal, além de lhe competir o cargo de comissário da Real Imprensa da Universidade de Coimbra. A sua prosperidade é confirmada por outra correspondência de Manuel Pedro de Lacerda (AHM/DIV/3/50/19) que procura ajustar um contrato de exclusividade com o exército, além de que solicita licença para comprar mais caracteres, o que permite presumir que a sua actividade está a desenvolver-se.

leva a crer que nessa altura, havia uma colaboração entre esses dois irmãos, Manuel é quem muito provavelmente dirigia a empresa em Lisboa enquanto Vicente geria os negócios em Coimbra e também no Porto, pois encontram-se livros reivindicados por essa oficina que indicam como lugar de impressão a cidade invicta. A Lacerdina forma assim uma rede que envolvia toda a parte norte do país colocando os irmãos diante de uma vasta empresa tipográfica. Sem surpresa se constata que entre as tipografias particulares com actividade mais intensa constam a de João Rodrigues Neves¹¹ cujo estabelecimento é reestruturado como se pode deprender da mudança de designação de *oficina de João Rodrigues Neves* para *nova oficina de João Rodrigues Neves*. Seguido de perto por Simão Tadeu Ferreira, bastante conhecido por ser “um dos mais antigos, e acreditados Impressores [da] Corte”¹². Este começou no ofício enquanto contra-mestre na tipografia Luisiana até que faleceu o seu proprietário com a irmã e herdeira do qual Simão Tadeu Ferreira casou, fundando então a sua casa. O seu trabalho é de tal forma reconhecida que, em 1801, é nomeado para ser administrador da impressão régia¹³. A sua preeminência deve-se em parte ao facto de ser o impressor exclusivo das obras de José Daniel Rodrigues da Costa para o qual propõe sempre edições de qualidade com estampa¹⁴. Vários sinais parecem indicar que o negócio desse impressor-livreiro deve ir de vento em popa pois em 1809 muda de local¹⁵ e, um ano mais tarde, consegue firmar contrato com o exército português¹⁶.

¹⁰ ANTT, Desembargo do Paço, Corte, Estremadura e ilhas, maço 1280, n.º17. Neste pedido de justificação do livreiro Barnéoud, Vicente Pedro de Vicente serve de testemunha e no seu depoimento indica a sua idade e actividade afirmando que é livreiro em Coimbra. Pode-se então afirmar que as três entradas registadas em *As gentes do livro* para Vicente Pedro podem ser agrupadas sob um único nome, tratando-se muito provavelmente da mesma pessoa. Lacerda é o sucessor de António Barnéoud no cargo de administrador da Universidade de Coimbra. Cf. *Almanaque para o ano de 1797*, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1797, p. 372. Pelos documentos recolhidos em *As gentes do livro*, depreende-se um relacionamento de respeito mútuo e de auxílio entre a família Lacerda e os livreiros franceses. Pois aqueles testemunham em favor de Barnéoud e de Paulo Martin, e quando Vicente Pedro de Lacerda se encontra preso por ter na sua posse livros proibidos, Francisco Rolland depõe para o ilibar. Cf. ANTT, Real Mesa Censório, cxa 178. Esta referência não aparece registada nos catálogos consultados.

¹¹ Sito primeiro, em Lisboa, na loja do pátio das religiosas de Santa Marta e depois na calçada do Duque nas casas do Marquês de Nisa, defronte da rua da Oliveira. Cf. Martins, Maria Isabel, *Inventário dos livreiros, impressores e mercadores de livros de Lisboa, no séc. XVIII, citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa: s/n, 1985, apud Curto, Diogo Ramada (org.), *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

¹² Cf. *Gazeta de Lisboa*, 06/07/1809, n.º30.

¹³ Ribeiro, José Silvestre, *A Imprensa Nacional de Lisboa: Subsídios para a sua História*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, p. 7.

¹⁴ Essas estampas são aliás reutilizadas de umas obras para as outras. A gravura da *Protecção à francesa* já foi publicada na *Barca da carreira dos tolos*, e da mesma forma também se observa uma ilustração idêntica para o *Hospital do Mundo* e para o *Embarque dos Apaixonados* (ver anexos 3 e 4).

¹⁵ Num aviso da *Gazeta de Lisboa*, aparece a mudança de morada da oficina de Simão Tadeu Ferreira da rua da Atalaia (ocupada então por outro impressor) para a calçada do Salitre n.º84. Cf. *Gazeta de Lisboa*, 06/07/1809, n.º30.

¹⁶ Em 1810, conseguiu estabelecer-se enquanto impressor do exército ao conquistar os contratos relativos aos Hospitais militares, paralelamente à tipografia de António Rodrigues Galhardo que também colabora com o exército (AHM/DIV/3/50/12).

Consecutivamente encontram-se os impressores Bernardo José de Alcobia¹⁷, João Evangelista Garcês¹⁸ que inscrevem na sua produção bastantes traduções de documentos espanhóis. Por sua vez, António Nunes dos Santos¹⁹ exhibe, no seu modesto catálogo, autores recorrentes no conjunto de obras anti-napoleónicas como António Patrício, João Xavier Taborda Pinhatelli ou ainda o músico José Maria Martins Leoni. Em 1812, este torna-se o impressor do quartel-general português²⁰ conseguindo deste modo uma parceria com uma instituição estatal que lhe garante uma prestação de serviço contínua. Restam quatro prelos cuja fraca produção os relega em último lugar. Entre estes consta a tipografia de renome de António Alvares Ribeiro, sita no Porto na rua dos Mercadores, S. Miguel e Flores, área na qual se estabeleceram os comerciantes dessa cidade. Voltando para a capital, surge a tipografia Rollandiana, entre as mãos do livreiro-impressor, Francisco Rolland, de nacionalidade francesa²¹. É de notar que os poucos documentos que saem do prelo desta oficina são explicitamente francófilos²². Depois da restauração da sua soberania, Portugal desenvolve uma hostilidade aberta contra os Franceses o que ocasiona violentas represálias nomeadamente contra o impressor Reycend cuja loja é vandalizada²³. Da mesma forma, Francisco Rolland é inquietado e um dos filhos encarcerado. Em seguida, aparece a antiga casa de António Rodrigues Galhardo que declara ter nessa altura um século de existência sendo transmitida dentro de uma mesma família²⁴ que tradicionalmente trabalha com

¹⁷ A oficina de Bernardo José de Alcobia situa-se na travessa do açougue velho no n.º58. Cf. *Almanaque de Lisboa*, Lisboa: s/n, 1812, pp. 529-530.

¹⁸ A oficina de João Evangelista Garcês está localizada na rua das Parreiras no n.º18. Cf. *Almanaque de Lisboa*,

...

¹⁹ A oficina Nunesiana encontra-se na rua Nova do Almada no n.º44. Cf. *Almanaque de Lisboa*, ...

²⁰ António Nunes dos Santos participou no esforço de guerra oferecendo ao exército português uma oficina volante (AHM/DIV/3/13/13).

²¹ A seguir à retirada dos franceses, Francisco Rolland é inquietado por causa da sua nacionalidade e pede naturalização em 1812.

²² A escassez dessas obras permite que façamos o seu relevo aqui: Anónimo, *Profecia política, verificada no que está sucedendo aos Portugueses pela sua cega afeição aos Ingleses*, Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1808 na qual se demonstra o erro estratégico e político cometido pelo governo português ao querer conservar intacta a aliança luso-inglesa. Entram igualmente na série da documentação pro-francesa os *Diálogos franceses e portugueses*. Esse tratado contempla situações diversas tal como as frases necessárias às quais possa recorrer um estrangeiro de viagem em Portugal. Inclui-se esse compêndio no *corpus* por ter alguma necessidade aos soldados presentes no território português. Por fim, a laudativa *História de Napoleão: primeiro imperador dos Franceses, rei da Itália* parece inserir-se no projecto de enaltecimento da nação francesa. Dessa temática aparta-se a *Colecção de decretos, editais, etc.* que propõe nova publicação compilada da documentação oficial divulgada no decurso do restabelecimento da independência.

²³ Apesar do apelo à calma do Intendente Geral da Polícia, o povo persegue todos os partidários dos Franceses e a sua fúria rebenta e exerce-se contra o livreiro Reycend cuja casa é saqueada. Cf. *Aviso ao público sobre os estragos feitos nos livros franceses, e de quanto é sensível a perda dos mencionados nesta relação*, Lisboa: nova oficina de João Rodrigues Neves, 1808. Sobre esse caso, veja-se Domingos, Manuela D., *Contratos e sociedades de um livreiro de setecentos: João Baptista Reycend*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1995, pp. 195-219.

²⁴ Numa contenda entre Simão Tadeu Ferreira e António Rodrigues Galhardo, este apresenta a sua casa como digna pela sua antiguidade dado que ela “conta um século, porque me veio de Avô paterno, e de pais; e uma das provas de que sempre tem servido [para justificar a qualidade do seu trabalho] é conservar sem interrupção

instituições públicas (impressor da Sereníssima casa do Infantado, dos Conselhos de Guerra, e do Almirantado, da Intendência Geral da Polícia, e da Bula da Cruzada, assim como a *Gazeta de Lisboa*), com certeza para evitar a incerteza e a variabilidade de ter que esperar pela procura. Poucas são as indicações sobre a última tipografia de Joaquim Tomás de Aquino Bulhões²⁵ que contabiliza apenas 3 obras e cujo administrador, Estevão José Rodrigues da Silva²⁶, aparece em algumas páginas de rosto do acervo documentário relativo às invasões francesas.

Esses impressores, além da sua actividade tipográfica, beneficiam igualmente da possibilidade de venderem impressos tal como os mercadores de livros ou livreiros²⁷. Além do mais, outros beneficiários que intervêm no fabrico desse objecto também têm a possibilidade de participar na sua venda, são eles os autores²⁸. Acrescenta-se ainda sítios menos esperados como as lojas de capelistas ou botequins, cuja actividade não se cinge à venda de impressos, o que lhes confere uma certa animação pela diversidade de pessoas aí presentes. Outros agentes de difusão entram nesse círculo comercial como os cegos da Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos ou ainda os vendedores volantes.

Para conseguir indicação desses agentes da circulação dos impressos dados à luz pelos impressores acima citados, foi necessário valer-se dos anúncios dos periódicos oficiais em circulação no país, assim como a *Gazeta de Lisboa* impressa em Lisboa, a *Minerva Lusitana* produzida em Coimbra e o *Leal Português* no Porto. Observa-se que a rede de circulação desses folhetos se concentra nas cidades principais do país: Lisboa, Coimbra e Porto (ver anexo 5 e 6). Todavia, outras cidades são referidas tais como Braga, em que se encontra presente Joaquim José Ferreira de Castro e Irmão; Estremoz, sem mais indicação; em Lamego está estabelecido Manuel de Lemos; Portalegre não traz designação de algum intermediário; e por fim a cidade de Viseu representada por João Pedro Caldeira. Para a cidade do Porto, são

Repartições que sirvo há 60 anos” (AHM/DIV/3/50/12). A oficina de António Rodrigues Galhardo encontra-se me Lisboa na rua de Santo Ambrósio.

²⁵ As informações acerca desse tipógrafo restringem-se à sua localização na cidade de Lisboa no n.º 88 da calçada de Santa Ana. Cf. *Almanaque de Lisboa*, ...

²⁶ De acordo com o *Dicionário Bibliográfico Português*, o cargo de administrador da tipografia de Joaquim Tomás de Aquino Bulhões permitia a Estevão José Rodrigues da Silva estabelecer contactos com alguns autores e comprar as suas obras, isso justificaria que lhe tenha sido atribuída a autoria de certos impressos. Cf. Silva, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, t. 2, p. 240.

²⁷ A designação que abarca a actividade livreira não se define segundo termos nítidos. Os livreiros combinavam com a actividade de venda de impressos a de impressor, de editor ou ainda de encadernador. Muitas vezes se encontra o termo de impressor-livreiro, assim como de editor-livreiro todavia essas três funções podem ser assumidas em simultâneo. Organizados em Confraria, incorporados sob a bandeira de S. Miguel na Casa dos Vinte e Quatro, os livreiros eram reconhecidos como oficiais mecânicos.

²⁸ Veja-se o caso de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva na casa do qual se podem comprar as suas obras. O autor mora nos Palácios Confusos, n.º7. E de notar que a obra é anunciada na *Gazeta de Lisboa* a 21 de Outubro de 1808 e, um mês antes, na *Minerva Lusitana*, a 29 de Setembro 1808. Além dos mais, é somente na gazeta conimbricense que consta a morada do autor enquanto possível local de venda.

referidos António Alvares Ribeiro, António Gonçalves Guimarães, Apolinário António de Moura e Manuel Alves da Costa Paiva e filho²⁹, citado por Adrien Balbi por ser o único em Portugal, fora os livreiros franceses, em manter relações directas com a França e outros países³⁰. Em Coimbra, são citadas a loja de Francisco de Assis e Fonseca, de António de Moura, a de José Bernardo Girão situada na rua das Fangas e a casa de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva.

Em Lisboa, a oferta é mais densa e concentra-se no centro pombalino da cidade onde está estabelecido na Praça do Comércio, António Manuel Policarpo da Silva³¹; a loja da impressão régia contígua à do editor anteriormente citado e Manuel José Moreira Pinto Batista³² (ver anexo 7). Este, de acordo com os seus catálogos, resolveu tirar proveito da procura de informações relacionadas com as invasões francesas e até propôs *Catálogos de diversas obras e folhetos pertencentes à nossa Feliz Restauração que se acham à venda na loja de Manuel José Moreira Pinto Batista, ...*³³ para os quais se pode consultar os números 4, 5, 7 e 8. Um pouco mais longe, estão estabelecidos João Henriques, no princípio da rua Augusta e António Pedro, na rua do Ouro; seguidos no Rossio por J.A. da Madre de Deus e José Pedro da Silva³⁴ dono da loja das Parras. Nos bairros do Chiado e do Bairro Alto, encontram-se junto aos Mártires, Paulo José de Oliveira e Francisco Xavier de Carvalho, ao lado da Igreja dos Mártires, no n.º41. Este juntamente com o João Henriques são considerados por Adrien Balbi como livreiros de maior porte em Portugal sem todavia terem a mesma envergadura que os grandes mercadores de livros como Rey, Borel, Bertrand, Rolland e Martin. Perto está estabelecido Francisco Rolland, junto à igreja do Loreto; um pouco mais acima, acha-se a loja de Desidério Marques Leão, ao Calhariz³⁵; seguida pela de Luís José de Carvalho, aos Paulistas; por fim, mais longe, também se encontra a loja de Tomás José da

²⁹ Maria Adelaide Meireles localiza-o na Rua dos Mercadores e cinge a sua actividade entre os anos 1766 e 1788. Cf. Meireles, Maria Adelaide, *Os livreiros no Porto no século XVIII: produção e comércio*, Porto: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1995.

³⁰ Balbi, Adrien, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*, Paris : Rey et Gravier, 1822, t.2, p. 92.

³¹ António Manuel Policarpo da Silva, administrador da Gazeta de Lisboa nesse ano de 1808, livreiro e editor, é responsável pela maior parte dos pedidos de licença e de imprimir e circular nesse ano. É descrito como um homem liberal e autor do *Piolho Viajante*. Cf. Palma-Ferreira, João. Prefácio in Silva, António Manuel Policarpo da, *O Piolho Viajante: divididas as viagens em mil e uma carapuças*, Lisboa: Estúdios Cor, 1973, pp. 9-24.

³² Manuel José Moreira Pinto Batista aparenta ser um livreiro-editor activo que, a partir do ano de 1809, passa a administrar a Casa da Gazeta substituindo o António Manuel Policarpo da Silva, por quem fora empregado.

³³ ANTT, Real Mesa Censória, cxa 494.

³⁴ José Pedro da Silva (1772-1862), antigo administrador do botequim do Nicola, abriu em seguida, a loja de bebidas dita das Parras mesmo ao lado, na praça do Rossio. Cf. Silva, Inocêncio Francisco da, *Dicionário bibliográfico português*, Lisboa : Imprensa Nacional, 1858-1958, vol. 13, pp. 156-157.

³⁵ Desidério Marques Leão, livreiro e impressor pelo menos a partir de 1816, ano em que propõe uma segunda edição da terceira parte de *O segredo revelado, ou manifestação do sistema dos Pedreiros livres e Illuminados, e sua influência na fatal revolução francesa* do Padre José Agostinho de Macedo.

Guerra, em frente do Colégio dos Nobres, filho do defunto administrador da impressão régia. Numa zona mais afastada, a caminho de Alcântara, onde se encontram Francisco Luís Leal e Ricardo José Murteira, situa-se a loja de António Xavier do Vale, diante do Arsenal. Enfim em Belém a oferta de impressos é garantida por José Joaquim e José Tibúrcio Martins, capelista.

Através do tratamento de casos particulares, o vulto dessas personagens vai definir-se assim como o seu investimento no comércio livreiro durante as Invasões francesas, mas a sua acção directa no esforço de guerra vai ser prévia e resumidamente destacado de forma introdutória. Usando uma carta de Manuel Pedro de Lacerda, foi possível definir que os livreiros de Lisboa integraram o corpo do Regimento de Voluntários Reais do Comércio, criado por um decreto de Dezembro de 1808³⁶. Assim, além de contribuírem com a sua actividade, as gentes do livro também participam de facto no combate. O seu envolvimento também se verifica para o caso da adesão do impressor António Rodrigues Galhardo a um grupo de acção para a restauração de Portugal, instaurado no início de 1808³⁷, além do seu donativo que sublinha para preservar a sua função de impressor da Contadoria Fiscal dos Hospitais Militares do Reino: “Como se trata de defender a minha subsistência (só por este motivo), lembro que com a minha pobreza, apareceu o meu nome em uma das listas dos donativos de roupas para os Hospitais”³⁸. Por fim, também se pode citar o caso do livreiro Francisco Luís Leal que foi inquietado pela polícia por ser suspeitado de possuir uma lista de pessoas francesas designadas para serem assassinadas, tal como o relata o Intendente Geral da Polícia, Lagarde, a Junot: “Um livreiro do bairro de Belém foi-me indicado como tendo na casa dele uma lista que lhe teria sido comunicada por um monge, com pessoas que devem ser degoladas, na época imaginária em que os ingleses executarem a sua entrada em Lisboa”³⁹. O interrogatório do livreiro indica que ele não guardou essa lista mas que a viu sendo que o nome dele constava dela.

A jusante desse circuito encontra-se obviamente o autor cuja intenção pode não ser a de transformar a sua produção num documento impresso porque esta já tem uma vida

³⁶ Lapa, Albino, *Voluntários Reais do Comércio de Lisboa*, Lisboa: Ed. Império Lda., 1936.

³⁷ Anónimo, *Catálogo por cópia extraído do original das sessões, actas feitas pela Sociedade de Portugueses*, Lisboa: impressão régia, 1808.

³⁸ Cf. AHM/DIV/3/50/12.

³⁹ Serviço Histórico da Defesa em França, 7/C/6, maço1.

plenamente satisfatória no estado manuscrito ou por ser escusado pela censura⁴⁰. Por um lado, o facto de serem manuscritas não compromete de modo algum a prosperidade de algumas obras que, para poderem circular, mergulharam no mundo da clandestinidade garantido por estar fora do controle dos poderes públicos. Por outro lado, esses documentos, que circulam em paralelo com o circuito oficial, obviam dessa maneira os efeitos das notícias oficiais, distorcidas e inclusivamente forjadas, difundidas pelo Governo francês cuja fidedignidade é discutida: “não dariam crédito [à *Gazeta de Lisboa*] por tantas mentiras, parvoíces e ridicularias”⁴¹.

Todavia, após a retirada dos Franceses, em Setembro de 1808, os editores procuram tirar proveito dos papéis que mais agradaram e levam-nos para a impressão, tal como se verifica para a *Gazeta do Rossio*: “o Editor [...] não podia sofrer que andasse abocanhado o crédito de um tão famoso redactor, por lhe constar, que várias destas Gazetas giravam em manuscrito muito viciadas: por isso tomou o trabalho de as fazer imprimir, e porque deste modo chegarão com mais prontidão, e autenticidade às mãos dos Franceses”⁴². Porém, lembrando a dimensão comercial do objecto convém considerar a possibilidade que alguns tenham vislumbrado a oportunidade de lucrar com essa febril actividade editorial. De forma indirecta, o parecer de Lucas Tavares, anteriormente referido incide sobre essa questão: “Mas para que é gastar tanto papel inutilmente? [...] todo aquele que não em razão do seu ofício, mas por curiosidade, se desfaz em proclamações tão frias como a neve, faria maior serviço à Pátria, se ajudasse, não com papéis, mas com dinheiro a nossa Caixa Militar”⁴³.

Outro motivo incita alguns indivíduos a participarem na fúria criadora revelada pelo censor régio João Guilherme Cristiano Müller⁴⁴. Este opina que o temor de ser inquietado por causa de certas atitudes ambíguas diante da presença dos Franceses compele certo autor a redigir “uma apologia de sua conduta durante a invasão francesa, pela qual um magistrado pretende justificar-se contra as acusações, com que, alguns dos habitantes do Distrito sujeito a sua jurisdição, parecem ter feito suspeito o seu modo de pensar, ao ponto que ele foi posto em

⁴⁰ A *Gazeta de Almada* circula sob forma manuscrita a partir do 25 de Agosto de 1808, data do seu primeiro número. Também se tentou imprimir mas o requerimento recebeu uma resposta negativa porque o papel continha demasiadas referências a personagens portuguesas acusadas de terem colaborado com o inimigo.

⁴¹ Anónimo, *Carta da província escrita a um amigo de Lisboa, em que lhe mandavam notícias da Corte*, Lisboa: oficina de João Evangelista Garcês, 1808.

⁴² Patusca, *Colecção das célebres gazeta do Rossio*, Lisboa: tipografia Lacerdina, 1808.

⁴³ ANTT, RMC, cx 66.

⁴⁴ Nascido em Göttingen em 1752, José Guilherme Cristiano Müller chega a Lisboa com vinte anos de idade. Aí assume a função de pastor da congregação luterana. Em 1787, é sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa e consegue um cargo de tradutor no almirantado, com a ajuda do amigo, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Em paralelo, trabalha como professor, bibliotecário, e sobretudo censor para a Mesa do Desembargo do Paço.

uma rigorosa prisão”⁴⁵. José António de Leão, magistrado em Évora, vê o seu pedido de impressão escusado para antecipar a polémica que poderia causar o seu testemunho. Porém, outros autores movidos pela mesma intenção conseguem licença para divulgar a sua obra, como a *Descrição das alegorias pintadas nos tectos do Real Palácio de Queluz, novamente reformado à ordem do general em chefe do exercito francês na ocasião em que esperava em Portugal o seu imperador*⁴⁶. Acusado de ser partidista dos Franceses, o pintor e arquitecto, Manuel da Costa, resolve publicar um texto em que justifica o seu labor ao serviço de Junot. Acrescenta que, apesar das aparências, lutou clandestinamente ao incluir, em oito das suas pinturas, mensagens secretas que então desvenda para lavar a sua honra.

Tal como Márcia Abreu revelou que os “tribunais censórios foram um dos primeiros lugares onde se desenvolveu uma reflexão sistemática sobre as qualidades e defeitos estéticos das obras literárias”⁴⁷, também no decorrer deste trabalho se tornou evidente que o juízo dos censores não só oferece um pensamento relativo à qualidade literária das obras examinadas, como paralelamente acentua algumas das intenções que originaram o pedido de impressão. Por outro lado, virando o foco de luz não mais para o escrito examinado, mas sim para o examinador, observa-se que na maior parte das declarações dos censores, o motivo que os leva a aceitar a publicação é sem duvida o patriotismo ressumado assim como o amor da religião tal como se pode depreender da leitura dos pareceres: “amante da glória e da liberdade, parece não ter diante de si, senão a religião e a pátria”, “é um papel útil para a nossa história”⁴⁸.

Perante a procura de documentação relativa às circunstâncias, editores, livreiros e impressores procuram saciar os ávidos consumidores estando atentos ao balanço das vendas e solicitando reimpressões para as obras premiadas com “um grande acolhimento”⁴⁹ pelo público. A concorrência entre os actores do sector livreiro obviamente não começa a partir da Guerra Peninsular, para se convencer disso, consultem-se os processos em que se defrontam livreiros e cegos ou ainda discórdias entre impressores ou outros membros do comércio do livro. Todavia, é certo que as circunstâncias indubitavelmente exacerbam os ânimos além de

⁴⁵ ANTT, RMC, cx 64.

⁴⁶ Costa, Manuel da, *Descrição das alegorias pintadas nos tectos do Real Palácio de Queluz, novamente reformado à ordem do general em chefe do exercito francês na ocasião em que esperava em Portugal o seu imperador*, Lisboa: oficina de António Rodrigues Galhardo, 1808.

⁴⁷ Abreu, Márcia, “Censura lusitana : uma pré-história da crítica literária”. in X Encontro Regional da Abralic Sentidos dos Lugares, 2005.

⁴⁸ ANTT, RMC, cxa 63.

⁴⁹ *Gazeta de Lisboa*, 28/09/1809, n°102. é desta forma que a Gazeta significa o êxito comercial com que foi saudado *Sentinela contra Franceses*. São diversos os elogios que traduzem o sucesso alcançado por algumas publicações: “o conhecido merecimento desta Obra lhe tem granjeado o crédito que merece” ; “tem merecido a estimação e pessoas de muito senso”.

acentuarem esse efeito de corrida ao lucro. Assim num curto espaço de tempo, isto é, só para o ano de 1808, contam-se dez obras reeditadas na mesma oficina tipográfica ou por uma segunda, e nos casos mais lucrativos por uma terceira impressora. Podem ser classificados estes casos em três categorias: considere-se primeiramente a situação em que duas traduções distintas, elaboradas a partir de um mesmo texto de língua estrangeira, são impressas em oficinas diferentes; em segundo lugar, a segunda edição por uma outra casa de impressão reutiliza o mesmo texto mas acrescenta anotações ou um suplemento; por fim, também se pode deparar com a situação em que o mesmo texto é editado por duas ou mais oficinas tipográficas.

Para o primeiro caso, verifica-se um só exemplo para o qual coexistem duas traduções distintas cujo texto original é o mesmo, como no caso do *Sonho de Napoleão*. Uma das edições sai da oficina de João Evangelista Garcês enquanto a segunda reivindica um tradutor que se apresenta com as iniciais A.M.M. e apresenta um título mais extenso, *Sonho do grande Napoleão indo dar posse do Reino de Espanha a seu irmão José*, com indicação da imprensa régia.

Para o segundo caso de edição anotada ou com suplemento, os exemplos são vários, entre os quais consta a *Relação da viagem de Junot a Portugal a seu amo Napoleão com notas verdadeiras e interessantes* proposta pelas prensas da Universidade de Coimbra, igualmente publicada pela imprensa régia sem as anotações. Através de um diálogo entre o Duque de Abrantes e o imperador, revela-se pela ridicularização dessas personagens o fracasso que foi a invasão de Portugal. Também se pode mencionar o célebre diálogo do famigerado Luís de Sequeira Oliva e Sousa Cabral⁵⁰ cuja segunda edição na mesma casa de impressão é indicada da seguinte maneira: “acrescentado nesta 2ª edição com um novo prato de palitos e alguns talheres”. Os outros exemplos são traduções de publicações espanholas como *O jogo das províncias de Espanha*⁵¹ ou *A vingança da Pátria. Proclamação da cidade de Orense pela Restauração da Pátria*⁵². Para este papel, só se encontrou duas edições, uma em Lisboa e outra em Coimbra mas depreende-se de um anúncio da imprensa da

⁵⁰ Cabral, Luís Sequeira de Oliva e Sousa, *Diálogo entre as principais personagens francesas no banquete dado a bordo da Amável por Junot, no dia 27 de Setembro de 1808*, Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1808.

⁵¹ Anónimo, *O jogo das províncias de Espanha*, Lisboa: imprensa régia, 1808, 16 p. com anotações no final do texto o que não é o caso da seguinte edição de Bernardo José de Alcobia. Anónimo, *O jogo das províncias de Espanha*, Lisboa: imprensa de Alcobia, 1808, 7 p. As notas colocadas no fim do texto visam oferecer algum esclarecimento sobre a realidade política, militar e geográfica da Espanha sendo que como o indica o título, a obra debruça-se a situação espanhola e que se trata de um texto traduzido para o português.

⁵² Anónimo, *A vingança da Pátria. Proclamação da cidade de Orense pela Restauração da Pátria*, Lisboa: impressão régia, s/d, com o seu par Anónimo, *A vingança da Pátria. Proclamação da cidade de Orense pela Restauração da Pátria*, Coimbra: na Real Imprensa da Universidade, 1808.

Universidade que o Porto também contribuiu para a difusão desse texto: “A vingança da Pátria [...] contém uma proclamação espanhola, onde se descreve o carácter de Bonaparte, e da Nação francesa (esta tradução é mais sublime do que a do Porto)”⁵³. Esta observação deixa claro que diante de uma produção tão intensa, a concorrência tem de se valer de argumentos convincentes para levar o público a fazer a escolha certa, sendo que no caso deste folheto, o preço de 60 réis já é bastante razoável.

Por último, relativamente ao mesmo texto editado por oficinas diversas, existem três exemplos para esse ano de 1808. O primeiro, da autoria de José Daniel Rodrigues da Costa, autor prolixo que muito contribuiu com a sua pena para o esforço de resistência, trata da protecção francesa⁵⁴, um tema recorrente extremamente presente no rol de golpes desferidos contra os Franceses. Uma das edições é da responsabilidade de Simão Tadeu Ferreira, impressor encarregado da produção dos impressos desse autor⁵⁵. Entre os outros casos de dupla edição consta a *Proclamação que o General em chefe do exército de Portugal dirigiu aos Portugueses em consequência da sublevação do Algarve e resposta à mesma*, para a qual existem três edições, tendo em conta que a edição original saiu à luz em Inglaterra, e que em terras lusitanas, uma foi produzida pela imprensa régia, outra pela nova oficina de João Rodrigues das Neves. Também se pode mencionar a *Proposta do Reino de Galiza à Junta do Supremo Governo do Porto*⁵⁶, assim como as duas edições (uma em Coimbra, outra em Lisboa) para a análise de Francisco Soares Franco⁵⁷ sobre o desempenho do gabinete das Tuileries. É de referir igualmente dois catecismos, traduzidos do espanhol, cujo texto idêntico, apesar de existir uma divergência no título⁵⁸, é organizado como um responsório dividido em

⁵³ ANTT, Real Mesa Censória, cxa 64.

⁵⁴ Costa, José Daniel Rodrigues da, *A protecção à francesa*, Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808 e Costa, José Daniel Rodrigues da, *A protecção à francesa*, Lisboa: Real imprensa da Universidade, 1808. Esse tema da literatura panfletária anti-francesa foi inspirado pela proclamação de Junot do 30 de Novembro de 1807 que acaba com as seguintes palavras: “O Grande Napoleão, o meu amo, enviou-me para vos proteger, proteger-vos-ei.” Convém acrescentar que este autor representava para os franceses um perigo contra o qual tentam lutar através de um intento no plano de contra-propaganda. Cf. Geraldês, Sofia Mendes, *A guerra das cartas – da manipulação à sedição in Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, 4-6 de Dezembro de 2008, Instituto das Ciências Sociais de Lisboa, [http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Sofia_Geraldês.pdf].

⁵⁵ A maior parte das impressões das obras desse autor são reivindicadas pelo Simão Tadeu Ferreira que patenteia um trabalho cuidado acompanhado de uma ilustração que também serve de aviso para anunciar a publicação.

⁵⁶ *A Proposta do Reino de Galiza à Junta do Supremo Governo do Porto* é um dos exemplos de edições paralelas entre a capital e a província, isto é, o Porto que pelo intermédio da tipografia de António Alvares Ribeiro propõe uma publicação bilingue em folio, sendo que a impressão de Alcobia tem um formato menor, um *in-octavo*.

⁵⁷ Franco, Francisco Soares, *Exame das causas, que alegou o gabinete de Tulherias para mandar contra Portugal os exércitos francêss, e espanhol em Novembro de 1807*, Lisboa: Imprensa Régia, 1808; e Franco, Francisco Soares, *Exame das causas, que alegou o gabinete de Tulherias para mandar contra Portugal os exércitos francêss, e espanhol em Novembro de 1807*, Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808.

⁵⁸ Anónimo, *Catecismo civil e breve compêndio das obrigações do espanhol; conhecimento prático da sua liberdade, e explicação de seu inimigo: muito útil nas actuais circunstâncias, posto em forma de diálogo*,

seis capítulos. Enfim, é impossível desprezar a obra de D. Pedro Ceballos⁵⁹ que retrata a situação espanhola desde a invasão dos Franceses e que adquire o estatuto de *best-seller* em Espanha da mesma forma que em Portugal aquando da sua introdução. Esse modelo de sucesso editorial do ministro de Fernando VII, com quatro edições identificadas cuja responsabilidade incumbe a três oficinas, revela que Portugal foi igualmente ganho pelo empolgamento que envolve esse documento. Esse êxito comercial conquistou a Europa, pois no ano de 1808 já se contam sete diferentes impressões espanholas, três traduções inglesas, duas em língua francesa e quatro em língua portuguesa⁶⁰.

O caso desta importação espanhola merece um especial destaque por ter levantado uma querela entre os seus diversos editores. De facto, a edição da impressão régia, divulgada com a documentação anexa⁶¹ proposta pelo autor, abre com uma declaração do segundo editor que responde ao seu concorrente. Depreende-se desse preâmbulo que esse mesmo editor foi criticado por praticar preços demasiado baixos prejudicando o rival que o questionou sobre a exequibilidade desse plano comercial. Nessa exposição são rejeitados os argumentos respeitantes à intenção subjacente à vinda a lume desta segunda edição em que se opõe patriotismo e malevolência: “**por espírito de verdadeiro Patriota**, a fim de que pudesse por este **módico preço** facilitar-se a compra desta Obra tão interessante, mas sim com sinistra **intenção de prejudicar ao primeiro Editor**”⁶². A fim de rejeitar essa acusação, o editor exhibe aos olhos do público as suas contas de maneira a demonstrar que o seu plano comercial não é praticado com prejuízo. Através dessa justificação é revelada, ainda que sucintamente,

Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1808; Anónimo, *Catecismo político e civil, ou breve resumo das obrigações do espanhol; conhecimento prático da sua liberdade, e explicação do verdadeiro carácter de seu inimigo: muito útil nas actuais circunstâncias, posto em forma de diálogo*, Lisboa: impressão régia, 1808.

⁵⁹ Pedro Cevallos (1764-1840), ministro espanhol de 1800 a 1808, ainda fez parte por alguns meses do governo de José I antes de se demitir e manifestar a sua ruptura com a causa napoleónica. Quando Espanha empunhou as armas, a Junta Central designou-o para liderar o governo de oposição.

⁶⁰ Ceballos, Pedro, *Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha e dos meios que o Imperador dos Franceses tem posto em prática para realizá-la*, Lisboa: oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808, 103 p.; Ceballos, Pedro, *Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha e dos meios que o Imperador dos Franceses tem posto em prática para realizá-la*, Lisboa: nova oficina de João Rodrigues Neves, 1808, 103 p.; Ceballos, Pedro, *Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha e dos meios que o Imperador dos Franceses tem posto em prática para realizá-la*, Lisboa: imprensa régia, 1808, 80 p.; Ceballos, Pedro, *Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha e dos meios que o Imperador dos Franceses tem posto em prática para realizá-la*, Lisboa: imprensa régia, 1808, 40 p. Sabendo que a edição de 80 páginas da impressão régia foi impressa a 2000 exemplares segundo uma declaração apensa à obra. O *Dicionário Bibliográfico português* acrescenta que saíram à luz, na mesma imprensa, quatro edições e que se tirou da última 4000 exemplares.

⁶¹ Essa documentação anexa é constituída por peças justificativas propostas por D. Pedro Ceballos para fundamentar a sua exposição. São 12 documentos entre os quais cartas, tratados secretos, instruções e notas.

⁶² *Exposição dos factos, e maquinações, com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha e dos meios que o Imperador dos Franceses tem posto em prática para realizá-la*, Lisboa: imprensa régia, 1808. O destaque é nosso.

a folha de balanço de uma das obras mais representativas em termos de fortuna editorial. O preço de 120 réis cobrado para essa segunda edição situa-se na média dos valores registados, isto é entre 20 e 480 réis, porém tendo em conta o volume de páginas, trata-se de facto de uma proposta acessível. É nomeadamente sobre o número de páginas e portanto sobre a quantidade de papel utilizado que o editor incriminado conseguiu poupar pois o seu impresso conta com os anexos 80 páginas contra 103 páginas para os editores rivais. Assim sendo, a demonstração atingiu o seu objectivo: provar que o preço é adequado para equilibrar o débito com o crédito. O detalhe das despesas proporciona elementos suplementares sobre a actividade livreira, descrevendo as várias disposições tomadas pelo editor para garantir a venda do impresso a partir da obtenção da licença de imprimir: compra do papel, impressão do documento, brochura, comissão distribuída para a sua venda. A folha de balanço divulgada menciona uma impressão de 2000 exemplares para 38.000 réis; a compra de papel vale 68.750 réis; a brochura representa 30.000 réis; a comissão pela venda custa 24.000 réis; a propaganda para anunciar a venda corresponde a 5.255 réis com 3.360 réis para despesas miúdas. O benefício anunciado é de 70.635 réis, prova de que o plano comercial é lucrativo, sendo que todavia o transporte para fora de Lisboa não está incluído nessas contas. Assim, a intensa actividade editorial que se desenvolve a partir do ano 1808 interessa o comércio livreiro, a indústria da imprensa e o fabrico do papel além de permitir ostentar o espírito patriótico de cada qual.

Detendo-se na importância mais elevada destas contas, verifica-se que se trata do papel⁶³. De facto, a carestia desse material indispensável não impede que venha a ser extremamente cobiçado. Por isso, em diversas ocasiões, ele é requisitado pela impressão régia. Em 1809, o pedido dirige-se ao “director do Arquivo Militar [pedindo-lhe para] entregar à Impressão Régia o Papel grande que lá existe, visto não lhe ter serventia”⁶⁴ e em 1810, “embaraçada pela falta de papel, [solicita] que lhe fossem entregues 2.000 resmas de

⁶³ Regressando para o início do percurso pelo qual transita o impresso antes de ser posto à venda, não será inútil sintetizar de forma breve a existência dos engenhos de fazer papel, sendo que na parte seguinte será abordada. Assim, haveria em Portugal umas 14 fábricas concentradas na parte norte do país, com uma forte concentração nos arredores do Porto que conta perto do rio Vizela 3 estabelecimentos, um de António Alvares Ribeiro, com uma marca de água própria (da pesquisa realizada no âmbito do nosso doutoramento, observámos que essa filigrana parece ser constituída por um escudo no campo do qual se lê a letra “M”, tendo na parte inferior as letras “AG”) um de Francisco José Ribeiro e outro administrado por dois sócios, Francisco José Moreira de Sá e Tomás Bishop. Acrescente-se na mesma zona mais duas fábricas em Paramos e outras duas na Feira. Mais a norte, em Guimarães, António Alvares Ribeiro possui, em 1814 pelo menos, outro engenho vizinho da propriedade de Manuel de Sousa Lobo. Descendo, encontra-se na Lousã a indústria administrada pelo oficial genovês, Bartolomeu Marineli. Depois em Queluz, estão registados dois ou três engenhos e, a seguir, em Alenquer, foi edificada sob a égide do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Real Fábrica de Papel. Para concluir, convém lembrar que Arnaldo Faria de Ataíde e Melo indica que, até ao final do século XIX, Portugal continua a importar papel. Cf. Melo, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O papel como elemento de identificação*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

⁶⁴ AHM/DIV/3/50/12.

papel que existiam no Erário Régio, sem emprego imediato”⁶⁵. Esses casos concorrem para demonstrar que, além dos distúrbios causados pelo exército francês nas fábricas de papel⁶⁶, que a produção de impressos foi de tal forma intensa que a matéria-prima acabou por escassear. Por fim, depreende-se dessas requisições que a imprensa régia ocupa um lugar privilegiado relativamente às oficinas particulares, dado que tem a possibilidade de recorrer às demais instituições públicas.

O papel, nomeadamente a sua qualidade, intervém na atribuição do valor das obras que depende de parâmetros diversos como o número de páginas, a ilustração, a brochura, e por fim um critério que escapa às condições materiais assenta no renome do autor que garante a venda⁶⁷. Porém considerando a variação entre 20 e 240 réis na qual entram os livros publicados nesse ano de 1808, determina-se que um certo número de obras, ainda que escassas, não está fora do alcance de uma classe humilde (ver anexo 8). Pois, juntando os folhetos gratuitos apenas à *Gazeta de Lisboa* e os opúsculos cujo preço corresponde aos valores de 20 e 40 réis obtém-se 15% de documentos mais ou menos acessíveis⁶⁸ para uma franja da sociedade localizada nas zonas urbanas que tenha um acesso facilitado a esse bem, nomeadamente ao frequentar os locais de venda.

A repartição dessas lojas disseminadas quase por todo o território, tirando o sul do país, traduz não só uma oferta difusa mas também uma procura seguramente acentuada. Nota-se, observando o mapa, que as três cidades mais representadas na difusão livreira correspondem proporcionalmente às zonas urbanas com maior densidade demográfica. Além do mais, esses locais classificam-se em dois tipos diferentes. Por um lado, os responsáveis dessas lojas são em alguns dos casos editores activos que pertencem ao círculo livreiro e até fazem parte de famílias ligadas a esse mundo, como a família Rolland ou Tomás José da Guerra. Por outro lado, alguns desses locais não são exclusivamente destinados à venda de livros, sendo outra a sua actividade principal como no caso de José Pedro da Silva, dono de

⁶⁵ Ribeiro, José Silvestre, *A Imprensa Nacional de Lisboa: Subsídios para a sua História*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, p. 29.

⁶⁶ O fabrico do papel foi perturbado em Alenquer mas também em outras áreas do país que se dedicavam a essa actividade como por exemplo a fábrica de Francisco José Moreira de Sá e Tomás Bishop.

⁶⁷ Para ilustrar esses casos de flutuação do preço ligada a critérios diversos materiais e não só, pode-se mencionar o caso de *O cão do cego que fugiu para a esquadra inglesa com medo do Lagarde, e consulta um letrado sobre o assassinio de seu amo feito pela sentinela francesa* custa 40 réis com estampa e 30 sem; ou ainda as obras de José Acúrsio das Neves, autor reconhecido, vendidas por 200 réis. Considere-se ainda a possibilidade de variações de valores seguindo o condicionamento do pedido e da oferta do mercado, sendo que o *Discurso ditado pelo patriotismo, e dirigido aos portugueses, em que o autor lhes prova o amor que se deve à pátria...* vale 200 réis em 1808 e 160 em 1809.

⁶⁸ Entre 1802 e 1810, o jornal de um trabalhador agrícola da zona do Porto ronda os 240 réis e a comparação desse valor com os preços de alguns bens de primeira necessidade indicam que “o poder de compra do salário do trabalhador agrícola [...] melhora de maneira sensível neste terço de século”. Cf. “Preços” in Serrão, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, 1985, vol. VI.

um café ou José Tibúrcio Martins, dono de uma quinquilharia. Além de providenciarem a venda de impressos, esses locais dão ensejo à propagação de rumores promovendo uma forma de comunicação da informação, paralela ao impresso. Todavia, antes de penetrar num desses espaços, convém deter-se um instante sobre as estratégias publicitárias desenvolvidas para anunciar a vinda ao lume de uma obra. Um dos *media* já mencionado recorre ao suporte impresso e pode ser subdividido em duas categorias. Trata-se de um aviso no caso como no outro, sendo que para o primeiro exemplo, esse anúncio aparece no final de uma gazeta ao passo que o segundo pretende ser afixado. Paralelamente, explorando o suporte escrito, existe também o catálogo, neste caso temático, que já foi mencionado anteriormente. Essa forma de propaganda assenta sobre a aptidão de leitura do público ao passo que o segundo recurso divulga as obras pelo recurso à oralidade, isto é anunciando e apregoando a publicação de folhetos que sendo publicitados dessa forma parecem desmerecer a consideração dos exímios leitores que são os censores, tal como se pode deduzir deste parecer: “Se por acaso o conteúdo deste Folheto aparecesse numa gazeta, ou no corpo de qualquer obra periódica e política de notícias do tempo, - em tal caso creio, que ninguém com justiça poderia repreender a sua reiterada publicação; a qual porém, a meu ver, em uma papeleta mal escrita, colante, destacada, e talvez **destinada para se vender nas ruas com pregões extravagantes de petulantes alfarrabistas**, ofende nimiamente o decoro dos Príncipes [...]”⁶⁹.

Esses estabelecimentos são frequentados por pessoas muito diversas que desejavam manifestar o seu patriotismo, procurando companhia e divertimento enquanto esperavam pelas suas gazetas. No meio dos seus leitores, convivendo com eles, os autores recebem o apoio dos que apreciam a sua escrita mas também são o alvo das críticas de clientes mais severos. Nesses locais, o circuito fecha-se com o encontro dos autores com os leitores que influenciam “o autor antes e depois do acto de criação”⁷⁰. Quanto à erudição dessa clientela, ela é mais ou menos elevada, sendo sobretudo acentuada a curiosidade demonstrada assim como o desejo de incrementar os seus conhecimentos, consultando usuais como dicionários e mapas: “As novidades com o mapa à vista são mais gostosas”⁷¹. Algumas peças representam esse círculo de potenciais leitores e mofam da dificuldade manifestada no exercício da leitura:

“Planista - [...] eu leio esse artigo.

Todos - Faz-nos muito favor.

⁶⁹ ANTT, RMC, cxa 63. Este parecer é ministrado ao *Discurso do Rei da Grã Bretanha*. O destaque é nosso.

⁷⁰ Darnton, Robert, “What is the history of books”, *Daedalus*, vol. 111, n° 3, *Representations and realities* (1982), p. 67.

⁷¹ *Os noveleiros do Cais Sodré : conversação primeira*, Lisboa: impressão régia, 1811.

Planista – (Puxa da gazeta, e lê) Os robeldes [sic] tinham reconcentrado [sic] todas as forças [sic]...

Militar - Se vai por este andar, temos leitura eterna.

Planista - Se me esqueceram os meus óculos [...]”⁷²

Através da transcrição do soletrar penoso de uma das personagens, adivinha-se que os acontecimentos a decorrer levantam interesse e apelam à participação de todos de tal forma que se cria uma verdadeira discussão pública trazendo o assunto dos círculos fechados dos letrados para a rua em espaços mais populares. Esta troca de palavras realizada no Cais de Sodré onde se reúnem os romelistas de tal maneira que esse espaço propício à implementação de uma estratégia de comunicação mesclada de informações orais e escritas também é vigiado pela polícia francesa e o seus espias dando origem a relatórios como este, com data do 21 de Julho de 1808: “Dois botequineiros do cais Sodré foram vivamente admoestados, ameaçados de serem fechadas a suas lojas, porque é aí que se contam as piores notícias. Também mandei avisar alguns dos partidários ingleses que aí se reuniam para serem mais reservados, se não quisessem passar alguns dias na Inquisição⁷³”. A situação do país, paulatinamente abandonado ao poderio do Franceses, contribui para a criação de um clima mental em que a necessidade de se informar a todo o custo, apesar dos riscos, com o qual cada habitante se identifica e manifesta o seu desejo de participar ao devir da sua pátria. Essa avidez de informação fica então exacerbada e impregnada de uma força ideológica que mobiliza a população no sentido de se investir na restauração da soberania do seu país.

Para dar conta do circuito percorrido pelo impresso, é preciso ter presente a ideia de que, além de ser o depositário de uma mensagem seja ela qual for, o livro também é um objecto de consumo que “corre por vias comerciais. A sua produção, distribuição, e (de certa forma) o seu consumo”⁷⁴. Estas etapas, procurámos retratá-las através de exemplos concretos exclusivamente recolhidos no nosso estudo de um espaço cronológico curto mas rico em acontecimentos. Com este esboço no qual se apresentaram os elementos participativos no comércio livreiro durante a primeira invasão francesa, também se pretendia mostrar a guerra económica travada em torno dos livros, encorajada pela avidez de informações acerca do

⁷² Anónimo, *O Rancho do piolho ou segunda conversação dos noveleiros do Cais do Sodré*, Lisboa: Imprensa Régia, 1811, p. 7.

⁷³ Serviço Histórico da Defesa em França, 7/C/6, maço1. A referência ao Palácio da Inquisição explica-se pelo facto de ser aí que se estabeleceu a Intendência Geral da Polícia além de ser o edifício onde são interrogados e encarcerados os prisioneiros.

⁷⁴ Darnton, Robert, *The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France*, Londres : Harper Collins, 1996, p. 182.

ardente e polémico assunto da actualidade. Observa-se, além do proveito económico que a todos alcança, um interesse político e ideológico impellido por uma maior liberdade concedida pelo governo. Pois, além de se manifestar na guerra económica travada entre os diversos agentes do comércio livreiro, em direcção da actividade editorial convergem forças sociais, culturais e políticas tal como o já citado José Anastácio Falcão retrata essa época durante a qual: “a avidez de saber noticias tinha convidado alguns patriotas a formar Periódicos. [...] Entravam na loja indivíduos de todas as classes [que] comprando todos os Periódicos evidenciavam o seu patriotismo, e mostravam serem menos maus vassalos; porque não só faziam girar o numerário, mas até concorriam para que ele se demorasse mais tempo no Pais, ainda que indirectamente. [...]. Utilizavam o Livreiro [...]. Interessavam a impressão, e todos os ramos que lhe pertenciam [...]. Aumentavam a indústria dos fabricantes de papel [...]. Animavam o Autor à maior desenvolução [sic] de suas ideias [...]. Interessavam-se a si; porque não se desviavam de bilhares, lojas de bebidas, e outros divertimentos quando esperavam por algum dos Periódicos de que eram assinantes”⁷⁵.

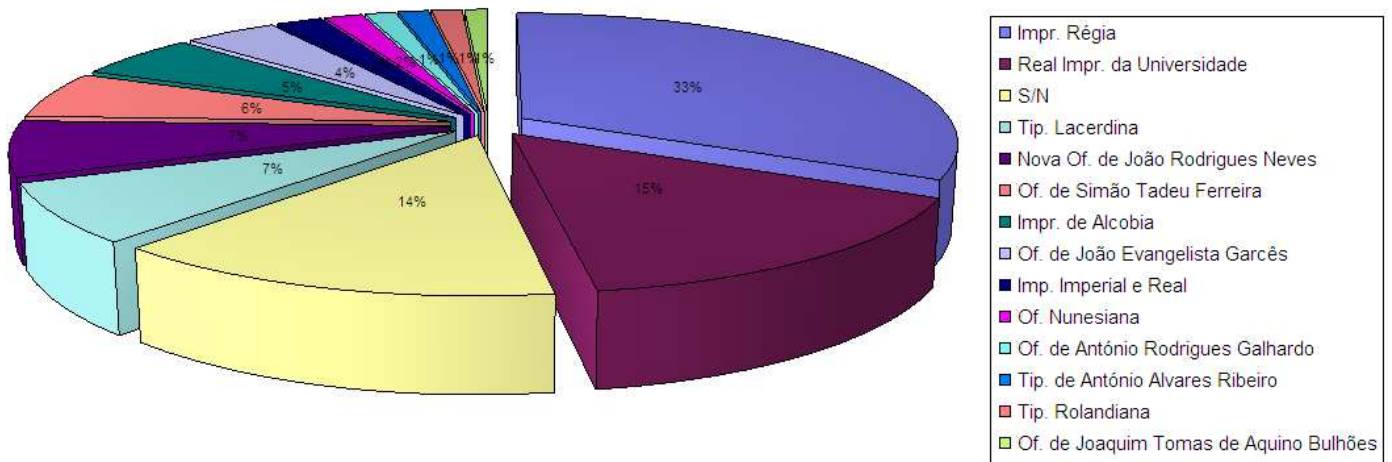
Aproveitando a situação, o governo utiliza o desejo de se expressar livremente assim como a sede de informação para lutar contra a perda da sua soberania e assentar o seu poder sobre uma ideologia a seu favor difundida pelos inúmeros panfletos produzidos com a sua bênção tal como se pode inferir das leituras dos juízos dos censores régios⁷⁶ e do “Discurso sobre a utilidade dos papéis públicos na presente Guerra”: “é preciso que os escritos periódicos destas duas nações [Portugal e Espanha] desmascarem os crimes e as intrigas do inimigo comum; é necessário que instruem os povos acerca da sua verdadeira situação e da sua força e recursos irresistíveis; mas é igualmente necessário que lhe digam que estes grandes recursos e esta força não é irresistível senão quando as nações têm uma confiança cega e inteira no seu governo e nos seus chefes”⁷⁷. Assim, a liberdade da imprensa fica controlada e circunscrita: de facto, a sua função consiste antes de mais nada em servir a ideologia regalista que pretende manipular o sector livreiro de forma a poder alcançar os seus súbditos e orientar a sua revolta para virá-la contra o seu inimigo, certificando-se de que não saem dos limites estabelecidos.

⁷⁵ *A Gazeta de Almada ou o Telescópio Português*, 28/08/1809, n.º8.

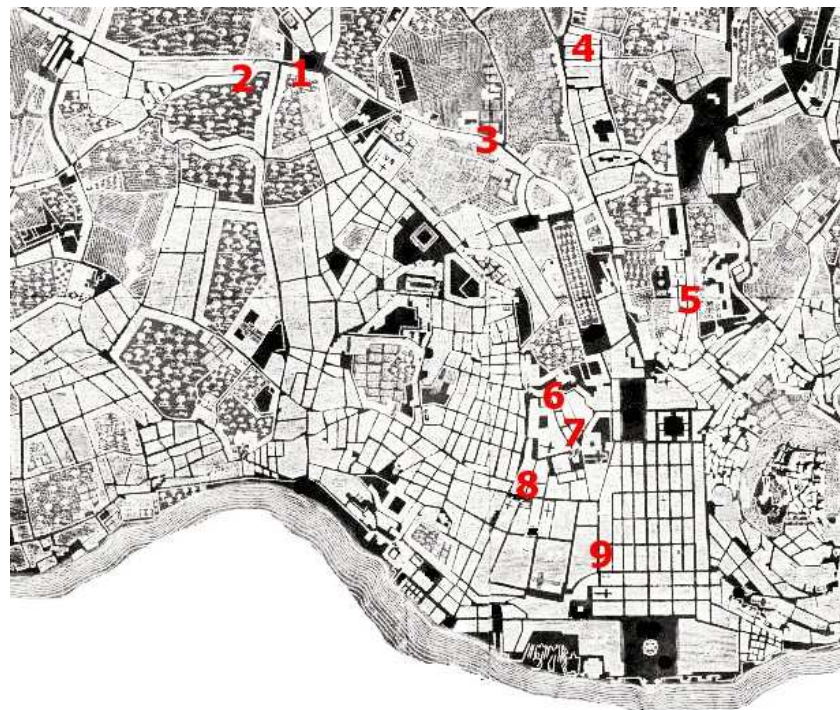
⁷⁶ Várias obras não ingressam no mundo dos impressos por não acatarem as regras da Censura porque nomeadamente identificam personagens do governo como o Conde da Ega. Sobre tal cláusula, note-se que se os estadistas portugueses são protegidos, tal não acontece com Napoleão, a imperatriz e os seus sequazes.

⁷⁷ “Discurso sobre a utilidade dos papéis públicos na presente guerra” in *Gazeta de Lisboa*, 06/01/1809, suplemento n.º1.

ANEXOS



Anexo 1 : actividade editorial dos impressores durante o ano 1808 cingida à produção impressa relativa às Invasões francesas

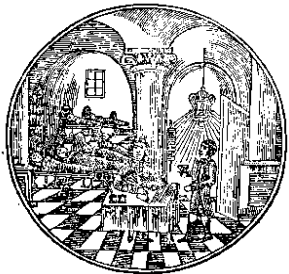


Anexo 2: localização das oficinas tipográficas em Lisboa (Planta de 1812 adaptada).

HOSPITAL DO MUNDO,

Obra crítica, moral, e divertida, em que he Médico o Desengano, e Enfermeiro o Tempo.

FOLHETO = 1. JANEIRO.



O Desengano, e o Tempo, de mãos dadas,
He que este Mundo enfermo curar podem
Nas moléstias, que tem inventadas,
Mal de nós, se estes dous nos não acodem!
Dão saúde ás pessoas achacadas,
Com tanto que aos remedios se accomodem;
Quem dos vicios tiver a epidemia,
Venha curar-se nesta Enfermaria.

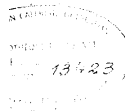
POR
JOSE DANIEL RODRIGUES DA COSTA.

Anexo 3: Costa, José Daniel Rodrigues da, *Hospital do mundo: obra critica, moral e divertida em que é médico o desengano e enfermeiro o tempo*, Lisboa: oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1805.

7



Aos Doidos apaixonados
Da vil Franceza canalha,
Logo Enfermeiro com elles,
Zorrague, e cama de palha.



Se houverem Meninas,
Co' a mesma loucura,
Os Pais, ou Maridos
Lhes fação a cura.

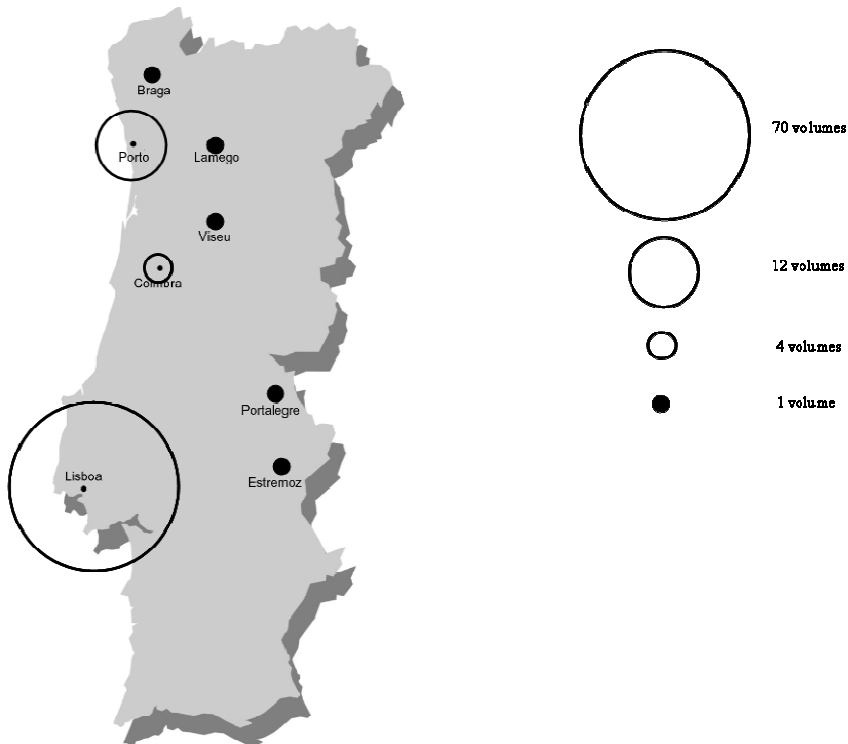
LISBOA. M. D. CCCVIII.

NA OFFICINA DE SIMÃO TADDEU FERREIRA

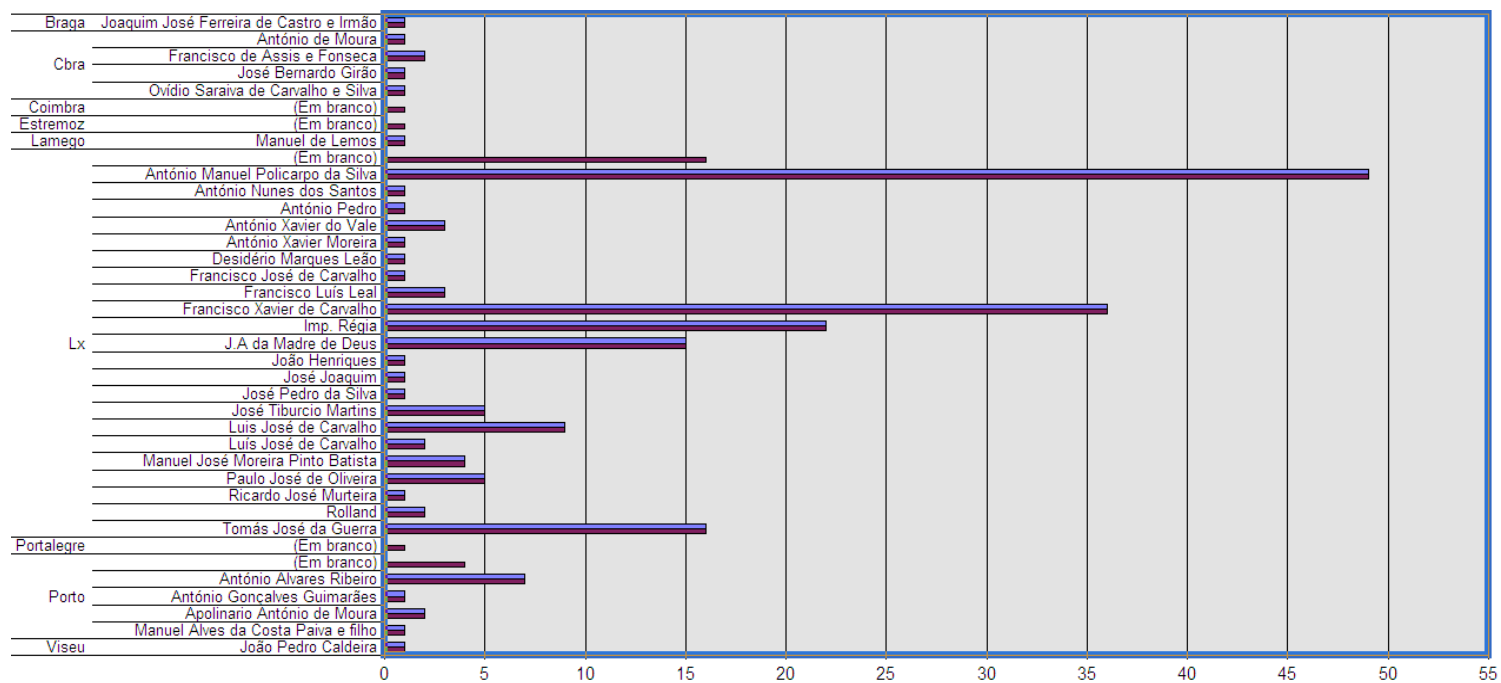
Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Anexo 4: Costa, José Daniel Rodrigues da, *Embarque dos apaixonados dos franceses para o hospital do mundo, ou segunda parte da protecção à francesa*, Lisboa: oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808.

Uso da mesma estampa pela oficina de Simão Tadeu Ferreira para duas obras diferentes do autor José Daniel Rodrigues da Costa.



Anexo 5: distribuição geográfica dos locais de venda por referências assinaladas nas próprias obras, nos anúncios de Gazetas e nos pareceres dos censores.



Anexo 6 : actividade comercial dos agentes da distribuição dos impressos assinalados nas próprias obras, nos anúncios das Gazetas e nos pareceres dos censores.

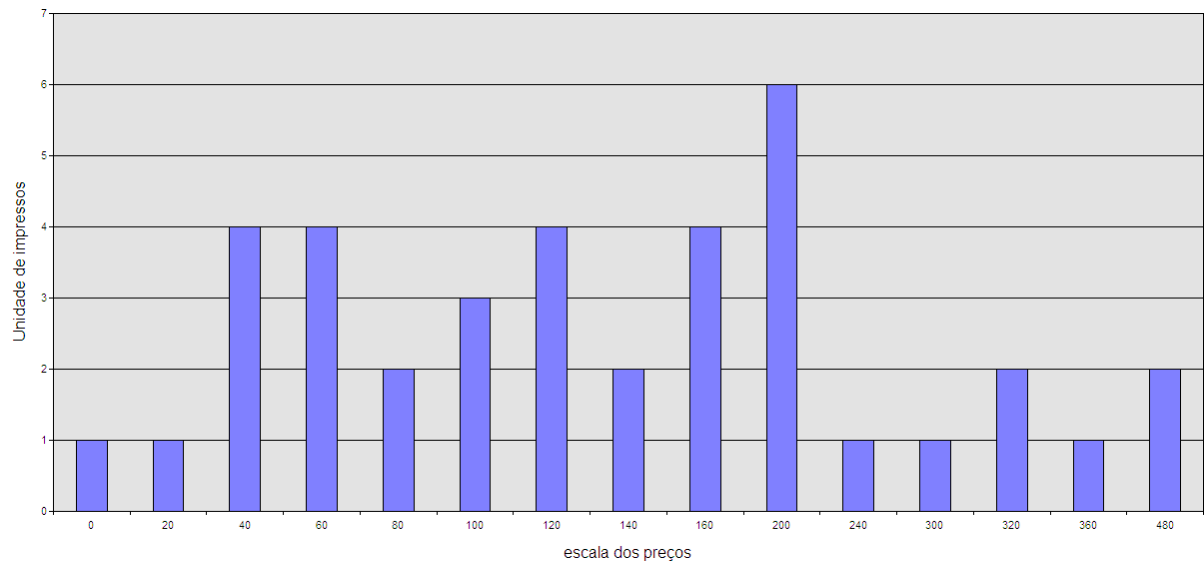


Anexo 7: Identificação dos locais de venda em Lisboa a partir das informações recolhidas nos anúncios da *Gazeta de Lisboa*, *Mínerva Lusitana*, e *Leal Português* assim como nas próprias obras e nos cartazes propagandísticos (Planta de 1812 adaptada).

- 1. António Manuel Policarpo da Silva
- 2. Loja da impressão régia
- 3. António Xavier do Vale
- 4. António Pedro
- 5. J.A. da Madre de Deus

- 6. José Pedro da Silva
- 7. João Henriques
- 8. Manuel José Moreira Pinto Batista
- 9. Paulo José de Oliveira
- 10. Francisco Xavier de Carvalho

- 11. Desidério Marques Leão
- 12. Luís José de Carvalho
- 13. Tomás José da Guerra
- 14. Francisco Luís Leal
- 15. Ricardo José Murteira (Falta Belém com 2 locais)



Anexo 8 : Representação dos preços praticados para as obras relacionadas com as Invasões francesas durante o ano 1808.